

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Reforma Agrária

Período de Análise: março de 2010.

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico

Jornal Folha de São Paulo

Jornal O Globo

Jornal Estado de São Paulo

Sítio eletrônico do MDS

Sítio eletrônico do MDA

Sítio Eletrônico do MMA

Sítio eletrônico do INCRA

Sítio eletrônico da CONAB

Sítio eletrônico do MAPA

Sítio eletrônico da Agência Carta Maior

Sítio Eletrônico da Fetraf

Sítio Eletrônico da MST

Sítio Eletrônico da Contag

Sítio Eletrônico da Abag

Sítio Eletrônico da CNA

Sítio Eletrônico da CPT

Revista Globo Rural

Revista Isto É Dinheiro Rural

Índice

| | |
|---|-----------|
| Duas opções - O Globo - Opinião - 01/03/2010 | 4 |
| Sem defesa - Emanuel Cancelli - O Globo - Opinião - 01/03/2010 | 4 |
| Mundo às avessas - Denis Lerrer Rosenfield - O Globo - Opinião - 01/03/2010 | 5 |
| Sem-terra receberam '2 Estados de SP', diz INCRA - Roldão Arruda - Estado de São Paulo - Nacional - 06/03/2010 | 7 |
| Sem-terra receberam '2 Estados de SP', diz INCRA - Estado de São Paulo - Nacional - 06/03/2010 | 8 |
| Índios já transformam Arrozais em pasto - Loide Gomes - Estado de São Paulo - | 9 |
| Inanição agrária - Xico Graziano - Estado de São Paulo - Espaço Aberto - 09/03/2010 | 10 |
| Sem-terra protestam em 15 Estados - Estado de São Paulo - Nacional - 09/03/2010 | 12 |
| CNA defende segurança jurídica e paz no campo na CPMI do MST - Sítio Eletrônico da CAN - 10/03/2010 | 13 |
| Boaventura de Souza Santos critica criminalização dos movimentos sociais - CPT - 13/03/2010 | 14 |
| Sem-terra arrendam área para acampamento - José Maria Tomazela - Estado de São Paulo - Nacional - 14/03/2010 | 15 |
| UMA NOVA FRONTEIRA DA CANA - Estado de São Paulo - Economia e Negócios - 14/03/2010 | 16 |
| Começam preparativos para plebiscito sobre limite de propriedade da terra - CPT - 15/03/2010 | 17 |
| Discreta, Tiba Agro investe pesado na aquisição de terras - Carolina Mandl - Valor Econômico - Agronegócios - 15/03/2010 | 18 |
| Agricultura, uma questão de Estado - Lutero de Paiva Pereira - Valor Econômico - Legislação e Tributos - 23/03/2010 | 19 |
| MST prepara 'abril vermelho' intenso - Roldão Arruda - Estado de São Paulo - Nacional - 24/03/2010 | 22 |
| CNA questiona candidatos sobre propriedade privada - Ana Paula Grabois - Valor Econômico - Política - 26/03/2010 | 23 |
| MST ocupa em Minas fazenda Centenária - Eduardo Kattah - Estado de São Paulo - Nacional - 27/03/2010 | 24 |

| | |
|---|-----------|
| Rainha promete batalha no campo por Dilma – Jean Oliveira e Bianca Notário – O globo – O País – 27/03/2010 | 24 |
| Ministério Público pede que INCRA explique venda de terra a estrangeiros – Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Economia – 29/03/2010..... | 25 |
| Americano do interior paulista vê o Brasil como a última fronteira – José Maria Tomazela - Estado de São Paulo – Nacional – 29/03/2010 | 27 |
| Desconcentração espacial da agricultura brasileira – Renato A. Pontes Cunha – Valor Econômico – Opinião – 30/03/2010 | 28 |
| Via Campesina e Contag denunciam documento da CNA – CPT – 31/03/2010 | 30 |

Duas opções – O Globo – Opinião – 01/03/2010

Reforma agrária é tema cativo de todos os governos, pelo menos de 1930 até hoje.

Dividir de forma mais equânime a terra, torná-la produtiva, fonte de renda e emprego são propostas recorrentes de governos de direita ou mais à esquerda, sem exceção.

Herança do período colonial, das doações generosas de amplas faixas de terra a amigos do rei — literalmente —, a perversa estrutura fundiária brasileira acompanhou boa parte da história moderna do país.

E em torno dela quase sempre houve grande mobilização política, conflitos, violência. O MST, herdeiro das Ligas Camponesas da década de 60, é apenas um dos desdobramentos neste cenário.

Uma característica do atual ciclo de luta pela distribuição de terras é que, ao contrário dos anteriores, a própria dinâmica de modernização do país, e da agricultura em particular, solucionou, pela via do mercado, o problema do latifúndio improdutivo.

A abertura do Brasil ao exterior e a modernização do setor agrícola, responsável por converter o país em um dos maiores fornecedores de alimentos do planeta — a imagem do “celeiro do mundo” se concretizou —, ocuparam terras ociosas e fizeram a fronteira agrícola avançar em direção ao Centro-Oeste. A ponto de colocar a Amazônia em risco.

Com o processo de industrialização acelerada a partir de JK, o campo também foi esvaziado de população. Boa parte daqueles que clamavam por terras — ou eram usados para tal — foi parar nas cidades. Prova dessas mudanças estruturais é o MST ter de recrutar gente na área urbana.

Resulta de tudo isso que o MST perdeu a bandeira da reforma agrária e tende cada vez mais a atuar como uma organização política de tinturas revolucionárias, mantidas suas atuais lideranças.

O movimento tem diante de si duas opções: assumir-se como partido político, aceitar o estado de direito democrático, e, então, trabalhar para convencer o eleitorado de suas teses e pedir votos; ou manter-se na linha atual de semiclandestinidadade.

Neste caso, estará criminalizando a sua luta política — ao contrário do que diz — e se isolando cada vez mais num país em que a classe média está em expansão. Em toda sociedade em que a classe média cresce, o sistema político se estabiliza.

Ela não embarca em aventuras, como a do MST atual.

Sem defesa – Emanuel Cancelli - O Globo – Opinião – 01/03/2010

Os militantes do MST que se mobilizam pela reforma agrária e lutam para melhorar a vida de todos os brasileiros estão sendo presos. A reforma agrária está prevista na Constituição Federal.

O legislador constitucional teve visão de nação quando fez a lei que objetiva barrar o êxodo rural, gerar emprego e renda no campo, assentar o povo no campo para barrar o processo de favelização e aumentar a produção de alimentos.

Para melhorar a qualidade de vida de seus povos, todos os países de dimensões continentais já fizeram a reforma agrária, menos o Brasil.

E não é por acaso: cerca de 50% do território brasileiro estão em mãos de 1% de fazendeiros. Os latifundiários são os controladores do agronegócio e da pecuária, que têm um papel importante na economia. Mas podem coexistir tranquilamente com uma divisão mais justa da terra.

Já a reforma agrária é constitucional, tem uma função social preponderante, de interesse de toda a sociedade. Os latifundiários abriram guerra ao MST porque se sentem ameaçados. Eles não resistem a um debate com a sociedade.

Os sem-terra são pobres e, portanto, sem direitos. São julgados diariamente e condenados na TV no horário nobre, sem direito a defesa.

Para mostrar seu poderio, além da perseguição e prisão dos militantes do MST instalaram uma CPI para investigar o uso do dinheiro público pelo movimento. Essa é a terceira CPI contra o MST em cinco anos.

A atual, além de investigar o uso do dinheiro público pelo MST, não deveria também investigar os financiamentos ao agronegócio e aos pecuaristas e apurar quem traz mais benefício para a sociedade? Mas eles jamais aceitariam tal desafio.

Os poderosos do campo vão prevalecer na omissão da sociedade.

Mundo às avessas – Denis Lerrer Rosenfield – O Globo – Opinião – 01/03/2010

A Confederação Nacional da Agricultura (CNA), numa iniciativa primorosa de sua presidente, senadora Kátia Abreu, criou, neste mês de fevereiro, o Observatório das Inseguranças Jurídicas, voltado para um levantamento da insegurança jurídica no campo brasileiro.

Temos observado nos últimos anos o direito de propriedade ser pisoteado, como se ele fosse uma espécie de usurpação e não a condição mesma de sociedades livres.

O evento contou com a presença do presidente do Supremo, ministro Gilmar Mendes, que fez uma bela conferência sobre os direitos fundamentais de um Estado democrático, mostrando o protagonismo da mais alta Corte de nosso país na defesa das liberdades e do estado de direito. Convém frisar que o ministro Gilmar Mendes tem se destacado na defesa do ordenamento constitucional do país, das liberdades fundamentais e da segurança jurídica. Nada aparentemente fora do lugar, senão algumas reações, que bem mostram a dificuldade do país no amadurecimento do estado democrático de direito.

Em artigo publicado no dia 19 de fevereiro no “Jornal do Brasil”, o jurista Dalmo Dallari tomou as dores dos movimentos sociais, a saber, do MST e das Pastorais da Igreja, e investiu pesadamente contra o ministro Gilmar Mendes e a senadora Kátia Abreu. Chegou, inclusive, a qualificar o acordo assinado entre a CNA e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), tendo como objetivo a segurança jurídica, de “corrupção institucional”.

Por que uma reação tão virulenta em relação a um acordo que nada mais faz do reforçar o que é assegurado pela própria Constituição? O argumento apresentado, se é que se pode dizer que seja um argumento, é o da presença do presidente do STF numa entidade empresarial, cujo setor responde por mais de 1/3 do PIB e tem sido objeto de invasões, sequestros e violências dos mais diferentes tipos, patrocinadas pelo MST, pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e pelo Conselho Indigenista Missionário

(Cimi). É como se os presidentes do STF e do CNJ não pudessem — e devessem — defender o direito de propriedade e as liberdades fundamentais. O que causa espanto

é que tal “indignação” não se faça em relação ao presidente da República, que, reiteradas vezes, recebeu esses ditos movimentos sociais cujas práticas cotidianas são o crime e o ilícito.

Quem respeita a Constituição é condenado, quem a desrespeita, elogiado.

Causa ainda surpresa o eminente jurista se insurgir contra o fato de Kátia Abreu ser senadora e presidente de uma entidade empresarial. Reinaldo Azevedo, com muita propriedade e ironia, observou, em seu blog, que a mesma indignação não se fez presente em relação a outros presidentes de Confederações de empresários e trabalhadores, que acumulam funções parlamentares e de representação sindical. Por que uma indignação tão particular? Por que o silêncio em relação ao aparelhamento sindical do Estado, tomado por sindicatos e movimentos sociais? Silêncio tanto mais assustador que ele se faz a propósito da captura de órgãos do Estado pelos ditos movimentos sociais. O MST e a CPT estão particularmente presentes no Ministério do Desenvolvimento Agrário, em particular no Incra e na Ouvidoria Agrária Nacional. Esses órgãos se tornaram verdadeiros focos de insegurança jurídica. Denúncias de corrupção e de desvio de recursos públicos são cada vez mais abundantes, favorecendo esses movimentos sociais que são, assim, financiados pelos próprios contribuintes, que têm suas propriedades invadidas. Sobre essa verdadeira corrupção, institucional e financeira, o silêncio é ensurdecedor.

A senadora Kátia Abreu foi qualificada de “lobista notória”. A qualificação é tanto mais interessante pelo fato de o eminente jurista ter participado de uma mesa redonda na mesma CNA a convite da mesma senadora. O evento ocorreu em 10 de novembro de 2009 e teve como tema “O direito de propriedade e os índices de produtividade”.

Particpei dessa mesma mesa redonda e não ouvi nada desabonador em relação à CNA, nem à senadora.

Aliás, as relações foram muito cordiais.

Por que esse arroubo? Ou seja, o ministro Gilmar Mendes não deveria ter aceito o convite de comparecer a essa entidade empresarial na assinatura de um acordo, enquanto o dr. Dalmo Dallari não se constrange em se reunir com uma “lobista notória”. A CNA se mostra pluralista, os seus críticos exibem o seu viés dogmático.

Aliás, em sua intervenção na CNA, o Dr. Dalmo Dallari não teceu nenhuma crítica às invasões do MST e da CPT por todo o Brasil, contentando-se com generalizações sobre a necessidade da reforma agrária.

Mesmo provocado, disse desconhecer o caráter marxista do MST e das Pastorais da Igreja, apoiadas pela Teologia da Libertação.

Até o atual Papa já criticou o marxismo da Teologia da Libertação, mostrando a sua incompatibilidade com a doutrina cristã.

Tal “desconhecimento” é tanto mais preocupante pelo fato de esses ditos movimentos sociais serem verdadeiras organizações políticas, que procuram implantar no Brasil o socialismo/comunismo.

Basta a leitura dos documentos e manuais dessas organizações, algo não difícil de ser feito. O material é abundante. Seu objetivo consiste em subverter a ordem constitucional, começando pela relativização do direito de propriedade, pela não obediência ao estado de direito e pelo desrespeito às instituições democráticas.

Se o Observatório das Inseguranças Jurídicas já causa tanta reação, é porque ele rompe com o monopólio da informação, até agora em poder das Pastorais da Igreja, que vinham se arrogando a posição de porta-vozes morais do campo brasileiro. Na verdade,

vinham acobertando e justificando a violência e a insegurança jurídica; vinham formando a opinião pública nacional e internacional.

Doravante, serão obrigadas a escutar outras vozes, ao pluralismo. Bem vindo seja o Observatório das Inseguranças Jurídicas, e que essa iniciativa possa ser também ampliada às cidades e a outros setores da vida nacional.

Sem-terra receberam '2 Estados de SP', diz INCRA – Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 06/03/2010

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) acaba de concluir um novo levantamento sobre a reforma agrária no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. De acordo com os números oficiais, em sete anos foram assentadas 574,6 mil famílias, numa área de 46,7 milhões de hectares.

Isso corresponde a quase duas vezes o território do Estado de São Paulo – com 24,8 milhões de hectares.

Ainda de acordo com os dados oficiais, já encaminhados ao Palácio do Planalto, as realizações do atual governo representam 55% do que foi feito na área da reforma agrária em 40 anos de existência do Incra.

Na soma dos vários governos do período, 84,3 milhões de hectares já foram transformados em assentamentos rurais. Considerando que o Brasil tem aproximadamente 850 milhões de hectares, pode-se dizer que 10% do território foi para a reforma.

Os números serão incorporados à coleção de realizações sociais que o governo Lula deve utilizar para irrigar a futura candidatura da ministra Dilma Rousseff (PT) à Presidência.

“Eu não tenho dúvida de que se tratasse de um sucessor do atual governo”, diz o presidente do Incra, Rolf Hackbart. “Nunca se fez tanto pela reforma agrária, que é fundamental para o desenvolvimento sustentável.”

Fora do governo os números são vistos com desconfiança. O Movimento dos Sem-Terra (MST) não vê motivo para comemorar, uma vez que os números estão aquém do prometido por Lula. No ano passado, por exemplo, foram assentadas 55,4 mil famílias, quando a meta do governo era 75 mil.

O MST também critica o fato de a maior parte dos assentamentos ficarem na Região Norte, em áreas de regularização fundiária ou de retomada de terras públicas pela União. De fato, dos 46,7 milhões de hectares festejados pelo Incra, 36,9 milhões ficam na Amazônia Legal.

O pesquisador Ariovaldo Umbelino, professor da USP e assessor do MST, tem acusado o governo de engordar artificialmente os números da reforma agrária com casos de simples regularização fundiária. “A criação de assentamentos tem caráter de política assistencial, buscando resolver conflitos isolados, sem fazer mudança na estrutura fundiária”, disse o MST em recente nota oficial sobre números de assentamentos.

Para a senadora Kátia Abreu (DEM-TO), presidente da Confederação Nacional da Agricultura, os números do Incra derrubam a tese de que a sociedade brasileira é insensível ao problema dos sem-terra.

“Como falar em insensibilidade, se 10% do território já foi para a reforma agrária?”, diz ela.

“Essa história de insensibilidade e dívida histórica não pode mais servir para justificar invasões e criar insegurança jurídica no meio rural.

O que foi possível fazer já foi feito.”

O presidente da Sociedade Rural Brasileira, Cesário Ramalho da Silva, critica a falta de produtividade dos assentamentos.

“Com raríssimas exceções, não é o resultado. O governo leva gente da periferia das cidades para projetos que não levam a nada. É um crime com o dinheiro público”, diz ele.

Para Silva, o governo, no afã de melhorar os números em ano eleitoral, está assentando pessoas em Mato Grosso em pequenas áreas de 7 hectares. “É absolutamente impossível uma família garantir o seu sustento naquela área”, afirma. “O governo gasta R\$ 35 mil para assentar uma família, que depois vende o lote por R\$ 10.”

O presidente do Inca assegura que o governo, além de assentar mais famílias também investe em melhorias dos assentamentos, com mais recursos para a construção de casas, redes de energia elétrica e de água. Paralelamente, criaram-se mecanismos para estimular a produção.

“Um dos melhores exemplos é o programa de aquisição de alimentos, que obriga as prefeituras a comprar pelo menos 30% do material da merenda escolar das cidades na agricultura familiar”, afirma ele.

Entre técnicos do Inca, é consenso que a reforma ainda deve continuar. É comum ouvir ali que, apesar dos avanços, não houve nenhuma mudança nos índices de concentração fundiária no País.

A senadora Kátia Abreu também combate esse argumento.

“Enquanto Estados Unidos, Austrália, Canadá e Argentina possuem, juntos, 2,7 milhões de propriedades rurais, no Brasil existem 5,1 milhões.”

Sem-terra receberam ‘2 Estados de SP’, diz INCRA – Estado de São Paulo – Nacional – 06/03/2010

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inca) acaba de concluir um novo levantamento sobre a reforma agrária no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. De acordo com os números oficiais, em sete anos foram sentadas 574,6 mil famílias, numa área de 46,7 milhões de hectares. Isso corresponde a quase duas vezes o território do Estado de São Paulo – com 24,8 milhões de hectares.

Ainda de acordo com os dados oficiais, já encaminhados ao Palácio do Planalto, as realizações do atual governo representam 55% do que foi feito na área da reforma agrária em 40 anos de existência do Inca.

Na soma dos vários governos do período, 84,3 milhões de hectares já foram transformados em assentamentos rurais. Considerando que o Brasil tem aproximadamente 850 milhões de hectares, pode-se dizer que 10% do território foi para a reforma.

Os números serão incorporados à coleção de realizações sociais que o governo Lula deve utilizar para irrigar a futura candidatura da ministra Dilma Rousseff (PT) à Presidência.

“Eu não tenho dúvida de que se tratar de um sucesso do atual governo”, diz o presidente do Inca, Rolf Hackbart. “Nunca se fez tanto pela reforma agrária, que é fundamental para o desenvolvimento sustentável.”

Fora do governo os números são vistos com desconfiança. O Movimento dos Sem-Terra (MST) não vê motivo para comemorar, uma vez que os números estão aquém do prometido por Lula. No ano passado, por exemplo, foram assentadas 55,4 mil famílias, quando a meta do governo era 75 mil.

O MST também critica o fato de a maior parte dos assentamentos ficarem na Região Norte, em áreas de regularização fundiária ou de terras públicas pela União. De fato, dos 46,7 milhões de hectares festejados pelo Incra, 36,9 milhões ficam na Amazônia Legal.

O pesquisador Ariovaldo Umbelino, professor da USP e assessor do MST, tem acusado o governo de engordar artificialmente os números da reforma agrária com casos de simples regularização fundiária. “A criação de assentamentos tem caráter de política assistencial, buscando resolver conflitos isolados, sem fazer mudança na estrutura fundiária”, disse o MST em recente nota oficial sobre números de assentamentos.

Para a senadora Kátia Abreu (DEM-TO), presidente da Confederação Nacional da Agricultura, os números do Incra derrubam a tese de que a sociedade brasileira é insensível ao problema dos sem-terra.

“Como falar em insensibilidade, se 10% do território já foi para a reforma agrária?”, diz ela.

“Essa história de insensibilidade e dívida histórica não pode mais servir para justificar invasões e criar insegurança jurídica no meio rural. O que foi possível fazer já foi feito.”

O presidente da Sociedade Rural Brasileira, Cesário Ramalho da Silva, critica a falta de produtividade nos assentamentos. “Com raríssimas exceções, não dá o resultado. O governo leva gente da periferia das cidades para projetos que não levam a nada. É um crime com o dinheiro público”, diz ele.

Para Silva, o governo, no afã de melhorar os números em ano eleitoral, está assentando pessoas em Mato Grosso em pequenas áreas de 7 hectares. “É absolutamente impossível uma família garantir o seu sustento naquela área”, afirma. “O governo gasta R\$ 35 mil para assentar uma família, que depois vende o lote por R\$ 10.”

O presidente do Incra assegura que o governo, além de assentar mais famílias, também investe em melhorias dos assentamentos, com mais recursos para a construção de casas, redes de energia elétrica e de água. Paralelamente, criaram-se mecanismos para estimular a produção.

“Um dos melhores exemplos é o programa de aquisição de alimentos, que obriga as prefeituras a comprar pelo menos 30% do material da merenda escolar das cidades na agricultura familiar”, afirma ele.

Entre técnicos do Incra, é consenso que a reforma ainda deve continuar. É comum ouvir ali que, apesar dos avanços, não houve nenhuma mudança nos índices de concentração fundiária no País.

A senadora Kátia Abreu também combate esse argumento.

“Enquanto Estados Unidos, Austrália, Canadá e Argentina possuem, juntos, 2,7 milhões de propriedades rurais, no Brasil existem 5,1 milhões.”

Índios já transformam Arrozais em pasto - Loide Gomes – Estado de São Paulo -

Os arrozais localizados na região de Surumu, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, a nordeste de Roraima, foram transformados em pequenos campos de pasto pelos indígenas que ocuparam as fazendas.

Os rizicultores foram expulsos em abril do ano passado, depois que o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu pela legalidade da demarcação em área contínua da reserva em 1,7 milhão de hectares.

As fazendas onde antes eram cultivados quase 13 mil hectares de arroz hoje abrigam 1.300 cabeças de gado.

O rebanho é comunitário e atende as aldeias localizadas nas regiões de Surumu e Baixo Cotingo. Segundo Julio Macuxi, coordenador do Departamento de Projetos e Convenios do Conselho Indígena de Roraima (CIR), a pecuária extensiva cumpre duas funções: gera renda e fornece o esterco usado como adubo orgânico na produção de alimentos.

Se por um lado os indígenas encontraram uma finalidade para as fazendas, os arroteiros ainda lutam para reorganizar a produção fora da reserva. Nenhum deles conseguiu reassentamento.

Quem plantou teve de arrendar terras, o que aumentou o custo de produção embora a lavoura seja menor.

Nelson Itikawa, presidente da Associação dos Rizicultores de Roraima, vai gastar R\$ 500 mil ao ano para utilizar dois milhões de hectares nos municípios de Cantá e Normandia.

Na Raposa Serra do Sol ele cultivava 2,5 milhões de hectares de arroz.

Paulo Cesar Quartiero, o maior produtor e líder da resistência contra a demarcação, está parado e não tem perspectiva de retomar o trabalho. “Não me interessa arrendar a terra porque o custo é muito elevado”, disse.

NA JUSTIÇA

Quartiero também desistiu de reivindicar o reassentamento e concentra seus esforços em nova batalha judicial contra a decisão do STF que entregou as fazendas Providência e Depósito aos indígenas.

Seus advogados trabalham ainda em ação para cobrar da União indenização por danos morais e o lucro cessante pelo tempo que deixou de produzir por falta de terra. “As fazendas são minhas. Sofri esbulho e fui tachado de monstro”, alega.

Em janeiro do ano passado o presidente Lula transferiu seis milhões de hectares para Roraima, numa espécie de compensação pela Raposa Serra do Sol.

Apesar disso, o Estado diz não ter áreas de lavrado (savana) disponíveis para destinar aos arroteiros.

“Noventa por cento das margens dos rios com características próprias para a produção de arroz são tituladas. Os outros 10% estão ocupados e o governo vai dar oportunidade para estas pessoas se regularizarem antes de retomar”, informa Pedro Paulino Soares, presidente do Instituto de Terras de Roraima (Iteraima).

Já o Incra assegura que antes da transferência das terras não recebeu nenhum pedido de reassentamento dos arroteiros e agora não tem mais imóveis rurais para realocá-los.

Reforma agrária não se confunde com invasão de terra. Menos ainda com saque de propriedade rural ou roubo de gado. Assim atestam decisões recentes da Justiça brasileira. Ponto para a democracia.

A fazenda da Cutrale, em Iaras (SP), invadida pelo MST em 28 de setembro passado ilustra o mais notório caso. A 1ª Vara Criminal de Lençóis Paulista aceitou recentemente denúncia do Ministério Público paulista contra os transgressores. A decisão partiu da juíza Ana Lúcia Aiello. Não responder os acusados pelos crimes de formação de quadrilha, furto e dano qualificado. Segundo laudo técnico, apresentado pela Promotoria, 12.298 pés de laranja foram destruídos. Considerando insumos e máquinas agrícolas furtados, o prejuízo soma R\$ 1,3 milhão.

Bandidagem sai caro. Segundo caso. Em fevereiro último, a Justiça de Tupã (SP) ofereceu liminar em ação de interdito proibitório, garantindo a integridade da Fazenda Salmourão, situada ali, na região da Alta Paulista. Grupo de 200 pessoas, ligado ao briguento dissidente José Rainha, pretendia invadir a área, promovendo seu “carnaval vermelho”. Como parecer judicial, seriam presos se o fizessem. Aquietaram-se.

Ocorreu no Paraná, entretanto, a decisão judicial mais importante. Um marco na Justiça agrária do País. O governo do Estado acaba de ser condenado a pagar indenização de R\$ 54 milhões, em valor atualizado, aos proprietários da antiga Fazenda Sete Mil, localizada no município de Jardim Alegre. A determinação partiu do Tribunal de Justiça.

Essa batalha judicial já dura 13 anos. Em 1996, antevidendo sua invasão, os proprietários da fazenda conseguiram na Justiça local um interdito proibitório. De nada adiantou. Meses depois, a área estava ocupada pela turma do MST. Nova decisão judicial ordenou a reintegração de posse da área. A medida, porém, nunca foi cumprida pela autoridade policial.

Um descaso ao Judiciário.

Com área total de 14 mil hectares, a fazenda mantinha rebanho aproximado de 15 mil cabeças de gado. Desapropriada pelo governo, teve o decreto presidencial anulado pelo Supremo Tribunal Federal, fazendo o Incra passar vergonha. Tratava-se de terra produtiva. Mas continuava nas mãos do MST, que abatia o gado regularmente e distribuía sua carne na base de 3 quilos para cada uma das 650 famílias invasoras. Um açougue rural.

Cinco anos depois, cansado de reclamar politicamente, o fazendeiro entrou na Justiça solicitando indenização, a ser paga pelo Estado, visto o descumprimento da ordem judicial que determinava a reintegração da posse. Ao mesmo tempo, seu advogado solicitou intervenção federal no Paraná. Funcionou.

Após dois anos de processo, o Superior Tribunal de Justiça, em Brasília, deu ganho de causa, determinando a intervenção política no Estado. Aumentou o quiproquó.

Atuante, inteligente, idealista, o incansável advogado Antônio Carlos Ferreira seguiu adiante. Em face da demora no cumprimento da ordem judicial, solicitou o impeachment do presidente da República. Isso ocorreu em junho de 2004.

Dizem que o Lula se enfureceu. Dois meses depois, em negociação com o Incra, o dono da propriedade, Flávio Pinho de Almeida, acabou por vender sua propriedade para servir à reforma agrária. Resolveu-se dessa maneira a querela jurídica preliminar, que permitiu suspender a intervenção federal no Paraná. Lula escapou da fria. O governador Requião, nem tanto.

Passados mais cinco anos, o Tribunal de Justiça do Paraná confirmou a sentença da primeira instância, obtida na Comarca de Ivaiporã, obrigando o governo a ressarcir o prejuízo dos proprietários. Por que o governo, e não o MST? Esse é o ponto crucial.

Devido ao fato de a autoridade pública não ter tomado as devidas providências para, cumprindo mandado de reintegração de posse, retirar os invasores da terra. Preço da inanição agrária.

O que leva uma autoridade, como o governador do Paraná, a deixar de cumprir uma ordem judicial como aquela da Fazenda Sete Mil? Não é simples a resposta. O governo estadual argumentava que os proprietários eram ilegítimos e que havia risco de confronto violento numa eventual desocupação. Mas, sinceramente, a razão parecia mais política que social ou jurídica. Falava-se que um acordo, realizado ainda na época das eleições, em troca de apoio político garantiria facilidades aos invasores de terras.

Vai saber.

Casos semelhantes se contam atualmente também no Pará. Dezenas de áreas rurais invadidas, todas com mandados de reintegração de posse expedidos, aguardam o cumprimento da ordem judicial pelo Estado. Que, entretanto, nunca chega, abrindo espaço para a brutalidade. Com a ausência do Estado, milícias armadas substituem a Polícia Militar. A vida corre por um fio naquelas bandas.

O paranaense Flávio Pinho não pôde testemunhar sua vitória judicial. Morreu, desgostoso, antes de saber que, além da milionária indenização, ele e sua esposa, Sylvia, devem receber do governo R\$ 50 mil cada, a título de danos morais. De pouco adiantará. A Fazenda Sete Mil zerou.

Com a jurisprudência que começa a ser firmada no Paraná, as coisas devem melhorar, preservando o Estado Democrático de Direito. Ordem judicial deve ser cumprida, e acabou. Por outro lado, vai complicar a equação financeira.

Imaginem a enxurrada de ações indenizatórias que poderá vir por aí, responsabilizando o poder público pelo prejuízo das invasões de terras. Talvez demore, vá-se acumulando atrás do armário, mas um dia a onerosa conta terá de ser paga. E, pra variar, recairá no futuro sobre os ombros do contribuinte, que não tem nada que ver com isso.

Invasão de terras violenta a democracia e custa caro.

Um caminho sem solução.

Sem-terra protestam em 15 Estados – Estado de São Paulo – Nacional – 09/03/2010

A organização internacional Via Campesina realizou ontem manifestações em 15 Estados para lembrar o Dia Internacional da Mulher e protestar contra o avanço do agronegócio.

Em Porecatu, no interior do Paraná, cerca de mil mulheres, provenientes de várias regiões do Estado, realizaram um ato de protesto com quatro horas de duração diante da Usina Central do Paraná – produtora de açúcar e álcool. Em Porto Velho, capital de Rondônia, um grupo paralisou durante uma hora o trânsito na estrada de acesso ao canteiro de obras da Hidrelétrica de Santo Antonio.

Todos os protestos foram liderados por mulheres. Em Recife, cerca de 400 militantes ocuparam por duas horas a sede da Secretaria Estadual de Agricultura e Reforma Agrária. Elas invadiram o gabinete do secretário Angelo Ferreira e entregaram um texto de protesto contra a paralisação da reforma agrária no Estado.

“Nenhuma nova área foi desapropriada e nenhuma nova família foi assentada nos últimos dois anos”, diz a nota entregue ao secretário. A exemplo de outros textos distribuídos ontem pelo País, ele também critica o estímulo ao agronegócio e ao “modelo capitalista concentrador terras e riquezas”.

Em Campo Grande, capital do Mato Grosso do Sul, cerca de 300 mulheres realizaram uma caminhada de quase vinte quilômetros pelas ruas centrais, com faixas, cartazes e megafones. Pediam melhorias nos assentamentos e criticavam o estímulo ao agronegócio.

As mulheres também marcharam na região central de Belo Horizonte. Ônibus de várias regiões do Estado trouxeram as militantes. Na capital, elas se juntaram a integrantes de movimentos urbanos como as Brigadas Populares, a Marcha Mundial de Mulheres e Movimento dos Sem-Teto.

De acordo com Ana Penido, representante da Via Campesina em Minas, a manifestação visava a denunciar a violência contra a mulher e tentativas de “criminalização” dos movimentos sociais. “A gente também vem denunciar que esse modelo do agronegócio, da forma como está estruturado e com a relação que se desenvolve com as indústrias multinacionais, com o agrotóxico, com os transgênicos, está acabando com a soberania alimentar do País”, disse ela.

Em Campinas, interior de São Paulo, as mulheres iniciaram uma marcha que deverá percorrer 90 quilômetros, até a capital paulista.

Em Araraquara elas ocuparam a sede regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) durante a parte da manhã. Os outros Estados onde ocorreram manifestações foram Goiás, Rio Grande do Sul, Rio, Paraíba, Alagoas, Bahia, Ceará e Mato Grosso.

A Via Campesina é uma organização internacional que agrega diversos movimentos pela reforma agrária em países da América Latina. No Brasil, reúne o Movimento dos Sem-Terra (MST), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento dos Pequenos Agricultores, dos Atingidos por Barragens e outros. ●

ANGELA LACERDA, EDUARDO KATTAH,
JOÃO NAVES DE OLIVEIRA,
EVANDRO FADEL e ROLDÃO ARRUD

CNA defende segurança jurídica e paz no campo na CPMI do MST – Sítio Eletrônico da CAN – 10/03/2010

Brasília (10/03/2010) – O Brasil tem 330 milhões de hectares de seu território utilizados na produção agropecuária, em uma área ocupada por 5,17 milhões de propriedades rurais. De todas as propriedades rurais, 90% têm menos que 100 hectares e apenas parcela de 1% envolve propriedades com mais de mil hectares. Ou seja, a estrutura fundiária brasileira é muito semelhante à da Argentina e dos Estados Unidos, outras duas grandes potências agrícolas mundiais e que são, assim como o Brasil, países ‘novos’, com ocupação recente quando comparados à Europa. Os dados foram apresentados nesta quarta-feira (10/03) pelo assessor técnico da Comissão Nacional de Assuntos Fundiários da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Anaximandro Doudement de Almeida, no Congresso Nacional. Ele defendeu que o País tem mecanismos eficientes para garantir a segurança jurídica no mundo rural e, assim, garantir a paz no campo.

Almeida foi o representante da CNA na 5ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) criada em 2009 para apurar as causas, condições e responsabilidades relacionadas a desvios e irregularidades verificados em convênios e contratos firmados entre a União e organizações ou entidades de reforma e desenvolvimento agrários, investigar o financiamento clandestino, evasão de recursos para invasão de terras, analisar e diagnosticar a estrutura fundiária brasileira e, em especial, a promoção e a execução da reforma agrária. A Comissão é conhecida como “CPMI do MST”. Também realizaram apresentações o presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Eduardo Nunes; e o presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária, Plínio de Arruda Sampaio.

“Há uma tendência de redução da quantidade de propriedades rurais maiores”, explicou o representante da CNA. Almeida argumentou que em 1996, 11% das propriedades rurais tinham mais que 100 hectares, cada uma. Em 2006, caiu para 9% a quantidade de propriedades com mais de 100 hectares. “Em relação à concentração de terras, estamos muito perto dos Estados Unidos e da Argentina, que têm modelos de produção semelhantes, construídos em um continente novo”, afirmou Almeida. No Brasil, o tamanho médio da propriedade rural é de 63,75 hectares; frente 178,47 hectares, nos Estados Unidos; e 587,74 hectares, na Argentina.

O técnico da CNA alertou que vários fatores exigem maior ou menor concentração de terras. “No Mato Grosso, áreas para soja abaixo de 500 hectares são inviáveis, pois a situação de infraestrutura e logística exigem escala”, explicou Almeida. Além disso, fatores como a criação de novas áreas de preservação ambiental, demarcações de terras indígenas e até fatores econômicos e mercadológicos geram impactos sobre a estrutura fundiária, ressaltou o técnico. Almeida ressaltou que o Brasil precisa seguir seu ordenamento jurídico na condução das questões fundiárias. “Há todo um arcabouço jurídico que permite a execução da Reforma Agrária sem conflitos”, declarou. Os principais marcos são a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/1964) e a Lei Agrária (Lei nº 8.629/1993).

Boaventura de Souza Santos critica criminalização dos movimentos sociais – CPT - 13/03/2010

O sociólogo português Boaventura de Souza Santos criticou duramente a criminalização dos movimentos sociais em intervenção nesta manhã (28/1) no Fórum Social Mundial de Porto Alegre. Durante um debate sobre direitos humanos, Boaventura pediu a palavra e criticou a ação do Ministério Público e do Governo do Estado no Rio Grande do Sul. “Se a criminalização continuar, o ar do Rio Grande do Sul torna-se irrespirável para o Fórum Social Mundial”, declarou.

Segundo Boaventura, as medidas de criminalização criaram um “Estado de Exceção” no Rio Grande do Sul. O sociólogo também criticou o fechamento das Escolas Itinerantes: “Se proíbem as marchas, se proíbem as escolas itinerantes, depois se criminalizam os pais por não mandarem os filhos às escolas”.

Boaventura também pediu ao Ministério Público que arquive todas as ações civis de criminalização ao MST no Rio Grande do Sul.

Momentos antes da intervenção de Boaventura de Souza Santos Santos, o integrante do Comitê Estadual contra a Tortura, Carlos D’Elia apresentou denúncia da “disseminação da prática de tortura no Rio Grande do Sul”, utilizando as ações da Brigada Militar em São Gabriel como referência. Segundo relatório do Comitê, a polícia

utilizou cassetetes, balas de borracha e armas elétricas com as famílias acampadas, resultando em inúmeros feridos e no assassinato de Elton Brum em um despejo no ano passado.

Na noite desta quinta-feira (28/1), entidades, movimentos sociais e personalidades realizam ato contra a criminalização na Assembleia Legislativa gaúcha, a partir das 20h.

Sem-terra arrendam área para acampamento – José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 14/03/2010

Apois serem despejados quatro vezes em menos de um mês, dissidentes do Movimento dos Sem-Terra (MST) ligados a José Rainha Júnior decidiram arrendar uma área para montar acampamento em Piacatu, na Alta Paulista, região de Aracatuba. O terreno arrendado fica no sítio São João, de 15 hectares, no bairro Casemiro, zona rural do município.

“Estamos fazendo uma coleta entre os trabalhadores para pagar o arrendamento”, disse o líder Luciano de Lima. Ele não revelou o valor, mas contou que outros dois acampamentos foram montados na região mediante arrendamento.

A estratégia de pagar pelo uso de um imóvel não tem precedentes na história da luta pela terra no País.

Mesmo assim, o grupo liderado por Lima continua ameaçado de despejo porque, numa ação movida pela prefeitura, a Justiça determinou que os sem-terra deixem o município. “Estamos sendo vítimas de perseguição política”, diz o líder. Segundo ele, além de Piacatu, os municípios de Salmourão e Rinoópolis obtiveram decisões que proíbem sem-terra de acampar em seus limites.

As ações foram propostas após a mobilização do chamado “carnaval vermelho”, quando 5 mil sem-terra ligados de Rainha montaram acampamentos em 70 fazendas do oeste paulista. Conflito. No sul do Amazonas, a área mais desmatada no Estado, 15 mil pessoas ou mais de 3,5 mil famílias vivem em áreas de conflito por terra. A conclusão é do relatório anual da Comissão Pastoral da Terra (CPT) da Igreja Católica, cujo balanço nacional será divulgado em abril.

“Toda nossa luta é denunciada e ignorada pelas políticas e pelo poder público”, diz Saloni dos Santos de Barros, da Gleba Iquiri.

Ela é uma das 39 lideranças ameaçada de morte no Estado.

Segundo a Secretaria de Segurança Pública no Estado, não há registro de pedido de investigação sobre ameaças de morte.

Mas, de acordo com o relatório da CPT, de 2006 a 2009, oito pessoas foram assassinadas por causa de conflito de terra.

Nesses últimos quatro anos, foram 1.469 assassinatos no País. A apenas 85 casos foram a julgamento, mas, no Amazonas, nenhum. O mapa mostra que dos 39 pontos de conflito por terra no Amazonas, a maioria, onze, são no sul do Estado.

/COLABOROU

LIEGE ALBUQUERQUE

Nos últimos meses, a capitã Pedro Afonso, no interior do Tocantins, foi invadida por um batalhão de engenheiros e profissionais. São engenheiros, agrônomo e biólogos, além de representantes de países como Estados Unidos e Japão. O movimento ganhou as ruas do município de apenas 10 mil habitantes, que não falam em outra coisa a não ser no investimento bilionário da multinacional Bunge, em parceria com a japonesa Itochu.

As duas empresas escolheram o Estado para iniciar uma nova fronteira da cana-de-acúcar. O projeto começará com 10 mil hectares de área replantada e 1,4 milhão de toneladas de cana produzida por ano. A construção da usina já está na fase final e deve ser concluída nos próximos meses.

Embora a empresa não confirme o valor do investimento, o número que circula nas rodas de negócios em Pedro Afonso é de R\$ 1,5 bilhão, 12 vezes o Produto Interno Bruto (PIB) da cidade em 2007, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com tanto dinheiro e gente nova, o município sente a falta de infraestrutura, conta a moradora Eliane Ferreira dos Santos. “Hoje, todos os hotéis da cidade estão ocupados com funcionários da Bunge.

O sistema de água também não tem aguentado a demanda”, destaca ela, que cresceu ouvindo falar de duas grandes obras: a Ferrovia Norte-Sul e as pontes sobre o Tocantins. Depois de muita descrença, a ponte foi inaugurada, aposentando o sistema de balsa.

Eliane lembra que, no passado, a cidade sobrevivia do dinheiro público. Os únicos empregos eram na prefeitura, nos bancos e nos órgãos estaduais. Hoje, diz ela, que toma conta de um restaurante na entrada da cidade, tudo mudou.

“Primeiro veio a soja, que deu emprego para muita gente; agora, a maior atração da cidade é a cana.”

Segundo Adalgiso Telles, diretor da Bunge, a usina começará a operar com mil empregos diretos, chegando a 1,4 mil quando atingir a capacidade máxima, nos próximos quatro anos. O executivo explica que, além do solo e do clima, a companhia escolheu a região por causa das vantagens logísticas. Recentemente, a multinacional firmou contrato com a Vale para transportar etanol pela Norte-Sul até o Porto de Itaquí.

Como a Bunge, outras empresas também enxergaram os benefícios de Tocantins.

De área perdida para a economia brasileira, o Estado virou território cobinado por investidores nacionais e estrangeiros do agronegócio. Em dez anos, teve a maior taxa de crescimento no cultivo de grãos do País, com avanço de 126% da área plantada, segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Embora ainda esteja distante dos vizinhos Mato Grosso e Goiás, a região começa a ser percebida no cenário nacional.

Seja ao longo da BR-153 (Belém-Brasília) ou das estradas vicinais, imensos campos de soja se estendem por quilômetros e mudam a paisagem da região.

O diretor-presidente da Cooperativa Agroindustrial do Tocantins, com sede em Pedro Afonso, Ricardo Benedito Khouri, acredita que o local vai crescer ainda mais com a chegada da Bunge. A expectativa, diz ele, é a cana-de-acúcar empurrar a soja que hoje ocupa a região de Pedro Afonso para outras áreas do Tocantins. Isso porque a cana tem de ficar mais próxima da unidade produtora.

Cheguei ao Estado em 1996 e vi a agricultura se desenvolver aqui.

Nos últimos anos, grandes corporações de todo o mundo desembarcaram na região.”

Hoje, são essas empresas que estimulamos produtores locais, migrantes de outros Estados. É o caso do ex-piloto de automobilismo Ademir Barcante. Em 2003, ele trocou sua cidade interior do Paraná pelo emprego multinacional para ser produtor de soja no Tocantins. “Quando decidi ser agricultor, saí à procura do melhor local para me instalar.”

Ele conta que, antes de se aventurar em busca de áreas para plantar, definiu alguns pontos que o local deveria atender: nível pluviométrico, precodaterra, topografia, fertilidade do solo, qualidade de vida e logística.

O Estado do Tocantins se enquadrava em todos os requisitos, conta ele. Hoje, o ex-piloto tem 1,5 mil hectares de área plantada na região de Itapiratins, a 255 km de Palmas.

Começam preparativos para plebiscito sobre limite de propriedade da terra – CPT – 15/03/2010

Com a intenção de manter o debate sobre a reforma agrária no centro das discussões políticas e sociais, o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo (FNRA) realizará no mês de setembro o Plebiscito de iniciativa popular pelo Limite de Propriedade da Terra. A ação, que acontecerá nacionalmente durante o Grito dos Excluídos, faz parte da Campanha Nacional pelo Limite da Propriedade de Terra em defesa da reforma agrária e da soberania territorial e alimentar.

Desde seu lançamento, em 2000, a Campanha trabalha com ações de conscientização e mobilização junto à sociedade brasileira. O objetivo é que seja incluído no artigo 186 da Constituição Federal um 5º inciso que limite o tamanho das propriedades rurais em 35 módulos fiscais. Todas as áreas acima destes 35 módulos seriam automaticamente incorporadas ao patrimônio público.

A realização do Plebiscito está entre as principais ações nacionais planejadas pelo FNRA. Sua organização tem o apoio das 54 entidades que constituem o Fórum e lutam pela reforma agrária, direitos humanos, meio ambiente e soberania alimentar e territorial. “Nossa intenção é construir um instrumento jurídico que estabeleça um limite de tamanho da propriedade e assim permita que a reforma agrária possa acontecer no Brasil. Em muitos países já existe esta limitação”, explica Gilberto Portes de Oliveira, secretário executivo do FNRA.

Segundo Gilberto, a decisão das entidades que compõem o Fórum foi iniciar o ano de 2010 com uma campanha mais ofensiva. Por este motivo, decidiram agendar o plebiscito e trabalhá-lo como um “meio pedagógico de debater a limitação da propriedade da terra com a sociedade”.

A Campanha e o Plebiscito têm ainda o apoio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB e do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil - Conic. Este apoio vincula diretamente a consulta popular à Campanha da Fraternidade 2010, que é ecumênica e tem como tema “Economia e vida”. “O Plebiscito será o gesto concreto da Campanha da Fraternidade”, afirma Gilberto Portes.

A consulta deverá acontecer durante a Semana da Pátria, entre os dias um e sete de setembro, quando também acontece o Grito dos Excluídos. Segundo Gilberto, a

escolha da data está relacionada à simbologia do sete de setembro, que lembra, entre outras coisas, a independência do Brasil. Os locais de votação serão definidos pelas entidades que estão organizando localmente o Grito, sendo assim, não haverá dificuldade de localização das urnas e sessões.

Pela forte trabalho de conscientização junto à população, a expectativa é que haja participação massiva durante a votação. "Nossa expectativa é de forte participação, tendo em vista também a proximidade com o período eleitoral. Queremos colocar novamente em pauta a reforma agrária e a democratização da terra, temas que praticamente desapareceram da agenda política", fala Gilberto.

O Brasil continua a ocupar o segundo lugar no ranking dos países que mais concentram terras. Esta realidade está enraizada no país desde sua formação. Por este motivo, mesmo com o trabalho intenso junto à sociedade, o secretário executivo do FNRA acredita que muito ainda precisa ser feito no sentido de informar e conscientizar.

"Embora a população apoie a reforma agrária, muitos não sabem ainda do que se trata e por isso não fortalecem as mobilizações. Depende das igrejas e movimentos sociais explicar de forma pedagógica e conscientizar que a reforma agrária pode eliminar o latifúndio, a violência no campo e a estrangeirização do país, além melhorar a produção de alimentos. A população precisa estar informada para não ser envolvida com mentiras que dizem que a limitação da propriedade de terra quer tirar seu apartamento ou ainda tomar pequenas e médias propriedades. É trabalho de formiguinha, mas deve ser bem feito para que os objetivos não sejam distorcidos", encerra Gilberto.

Discreta, Tiba Agro investe pesado na aquisição de terras – Carolina Mandl – Valor Econômico – Agronegócios – 15/03/2010

Um grupo pouco conhecido de produtores rurais e investidores financeiros criou uma empresa com foco na aquisição de propriedades rurais, a Tiba Agro. À surdina, eles já têm em mãos 320 mil hectares de terras no Cerrado brasileiro, montante que supera o estoque acumulado por companhias como BrasilAgro, Calyx Agro e Sollus Capital.

O projeto surgiu de uma gestora de recursos, a Vision Brazil Investments, de dois ex-executivos do Bank of America: Fabio Greco e Amauri Fonseca Junior, que têm fatia de 25% da Tiba.

Para juntar os recursos necessários para a aquisição das áreas, eles levantaram US\$ 300 milhões por meio de fundos de private equity, com cotistas americanos e europeus que passaram a ter 45% da companhia. Também se uniram a dois produtores rurais, os irmãos Francioni, da Bahia, e o grupo Golin, da região Centro-Oeste, que já possuíam algumas fazendas que foram trocadas por 30% da Tiba.

Agora, para dar corpo à nova companhia, todos os ativos, distribuídos em diversos veículos de investimento, estão sendo reunidos debaixo do guarda-chuva da Tiba Agro.

"A produção agrícola vai passar por um processo de consolidação como o que houve no varejo. Hoje, ela está muito pulverizada, distribuída entre diversos agricultores familiares. Isso deve mudar", diz Marcelo Marques Moreira Filho, presidente da Tiba Agro. Até 2008, Moreira Filho, que também foi sócio do Pátria Investimentos, comandou aquisições de laboratórios na Diagnósticos da América (Dasa).

O próximo passo da Tiba Agro será colocar suas 13 fazendas no Piauí, no Mato Grosso e na Bahia para produzir grãos, principalmente soja, algodão e milho. Hoje, só há plantação em 9,3 mil hectares. Para isso, cerca de US\$ 300 milhões estão sendo levantados com investidores do Oriente Médio em um fundo de private equity. Os recursos também serão utilizados para a aquisição de novas áreas.

De acordo com Moreira Filho, conforme a produção avança, a Tiba estuda separar os braços de aquisição imobiliária e de produção agrícola. A partir disso, poderia ser criado com as terras um fundo imobiliário, por exemplo.

O solo brasileiro tem atraído recentemente bilionários investimentos tanto locais quanto estrangeiros. Uma pesquisa feita no ano passado pela Grain, organização não-governamental espanhola de pesquisas e análises, apontou que um quarto dos 120 investidores globais de latifúndios já estão no Brasil. O negócio desses investidores é comprar a terra bruta a um preço baixo, torná-la própria para o plantio e depois vendê-la a valores mais altos.

Um exemplo de companhia que compra terras com capital estrangeiro e brasileiro é a Sollus, que tem como sócios o Pactual Capital Partners (PCP), o grupo argentino Los Grobo e o fundo americano de commodities Touradji. Ela possui 35 mil hectares de propriedades agrícolas e pretende encerrar o ano com 80 mil hectares, sem se envolver com a produção.

Já a BrasilAgro, com 174 mil hectares comprados por um fundo da Tarpon, pela argentina Cresud e por Elie Horn (fundador da Cyrela), tem um modelo de negócio mais parecido com o da Tiba Agro, que envolve a conversão de terras e a produção. Aproximadamente 50 mil hectares já estão sendo cultivados.

O curioso dessa indústria em criação no Brasil é que, apesar do crescente número de empresas que visam a compra de áreas cultiváveis, ninguém ainda se considera concorrente. Os participantes desse mercado conversam entre si e até trocam informações.

"O universo de terras cultiváveis no Brasil é tão grande que ainda é impossível existir concorrência. Tem espaço para todo mundo", afirma Flávio Inoue, presidente da Sollus.

Agricultura, uma questão de Estado – Lutero de Paiva Pereira – Valor Econômico – Legislação e Tributos – 23/03/2010

Dentre todas as atividades econômicas desenvolvidas no país a agricultura toma destaque, pois é a única com presença garantida na Constituição Federal. Quando em seu artigo 187 se tem os princípios básicos a serem observados no planejamento e na execução de sua política, isto mostra que ao menos sob a ótica do constituinte moderno tal atividade tem grande relevância para todos.

No título III que trata da organização do Estado, dispõe o inciso VIII do artigo 23 competir à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios fomentar a atividade agropecuária e organizar o abastecimento alimentar. Impedido constitucionalmente de explorar tal atividade (artigo 173), não obstante seja dela dependente, o Estado deve ser zeloso com a agricultura, estimulando-a sempre e eficazmente para não correr o risco de ver-se privado do bem que necessita para responsabilmente lutar contra os perigos de um eventual desabastecimento. Vários são os instrumentos de política agrícola que o Estado dispõe para fomentar o setor, valendo destacar neste momento um dos principais que é o crédito. Dele tratam os incisos I, do artigo 187 da Constituição e XI, do artigo 4º, da Lei nº 8.171, de 1991 e todos os dispositivos da Lei nº 4.829, de 1965, que o institucionalizou adjetivando-o de rural.

Pela Lei nº 8.171, de 1991, ficou estabelecido que a política agrícola fundamenta-se nos pressupostos que enumera o seu artigo 2º, dentre os quais vale destacar: que a atividade agrícola deve cumprir com sua função social e econômica relativamente à propriedade rural e que na qualidade de atividade econômica a agricultura deve proporcionar as que a ela se dediquem, rentabilidade compatível com a de outros setores da economia. Além disso, o adequado abastecimento alimentar é condição básica para garantir a tranquilidade social, a ordem pública e o processo de desenvolvimento econômico-social.

Pelo inciso I da norma, nota-se a questão da função social da propriedade; pelo III, a proteção econômica do produtor rural e, pelo IV, a relevante atuação do setor no campo da estabilidade social.

E porque o crédito rural se presta a fomentar uma atividade que tem interferência direta no resguardo da ordem pública e da paz social, todo seu mecanismo de concessão e condução fica sob controle direto do Estado, na parte em que a lei não trata expressamente.

Em claras letras dispõe a Lei nº 4.289, de 1965 que esses recursos devem ser distribuídos e aplicados de acordo com a política de desenvolvimento da produção rural do país e tendo em vista o bem-estar do povo, mostrando então o caráter social da atividade. Num certo sentido o produtor rural pode ser visto até mesmo como um agente do bem comum, tendo a responsabilidade de aplicar o crédito rural dentro dos fins legalmente previstos, como o direito de ser socorrido em tempo oportuno para manter em pleno desenvolvimento uma atividade essencial a todos.

E para que o crédito rural cumpra com seu objetivo de fomentar a atividade agrícola, o artigo 14, da Lei nº 4.829, de 1965, dispõe competir ao Conselho Monetário Nacional traçar toda e qualquer questão relativa à operação, a saber: termos, prazos, juros e demais condições, de modo que financiado e financiador somente podem convencionar aquilo que previamente foi autorizado. O financiamento rural, portanto, submete -se ao princípio do dirigismo contratual o qual sujeita a vontade das partes a preceitos de ordem superior.

Assim sendo, o aludido conselho já previu em norma específica, por exemplo, a reprogramação do cronograma de pagamento do mútuo todas as vezes que a capacidade do produtor rural de adimplir o contrato resta comprometida, protegendo-o tanto de um endividamento pernicioso, quanto da alienação forçada dos seus bens de produção - imóveis, maquinários etc - para pagar o financiamento. Tal mecanismo não deixa de ser um instrumento de fomento para a atividade, pois se o produtor tem ao seu alcance um benefício desta ordem para dele lançar mão nos momentos de frustração de safra ou de queda dos preços, não se intimidará em continuar a empreender.

No entanto, boa parte das dívidas da agricultura que pendem de solução até os dias de hoje tem contra si o fato de os credores terem negado aos devedores a prorrogação das dívidas nos moldes do Manual de Crédito Rural, causando um aumento exagerado dos números e dos gravames sobre imóveis e safras. Para consolo dos devedores, tais números podem ser revistos, tendo por base a legislação especial e súmula do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Nas ações em questão o titular imediato do direito é o produtor rural, o mediato o Estado e o remoto, a própria sociedade cabendo ao juiz, no exercício da prestação jurisdicional, ter em mente tudo isto, bem assim o que preceitua o artigo 5º da Lei de Introdução ao Código Civil, ou seja, que na aplicação da lei atender-se-á aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum.

Desta forma, se a agricultura goza do privilégio de ser a única atividade econômica com presença ostensiva na Constituição Federal, tendo o Estado o dever de fomentar-lhe o desenvolvimento e cujos frutos são relevantes para a manutenção da paz social e da ordem pública, toda proteção lhe é de direito. Ignorar isto é semear vento para colher tempestade.

Lutero de Paiva Pereira é advogado de Pereira & Bornelli Advogados Associados. É autor de várias obras de direito do agronegócio, coordenador da pós-graduação em direito agrofinanceiro do Centro Universitário de Maringá (Cesumar-PR)

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

MST prepara ‘abril vermelho’ intenso – Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 24/03/2010

O Movimento dos Sem-Terra (MST) já começou as articulações para a jornada de ações que costuma desenvolver no mês de abril, o chamado “abril vermelho”. A meta é superar os números da jornada do ano passado, quando foram registradas 29 invasões de terra – um número pequeno, em comparação com anos anteriores.

Em 2004, quando o MST pôs em andamento a ofensiva de abril, foram registradas 103 invasões.

Em 2007 foram 74.

A decisão de reforçar a jornada deste ano é inusitada. Tradicionalmente o MST pisa no freio em anos eleitorais. Acredita-se que faz isso para não prejudicar os candidatos petistas simpáticos a uma reforma agrária e a militância dos sem-terra. Em 2002, quando as chances de Luiz Inácio Lula da Silva chegarem à Presidência se tornaram palpáveis, o MST praticamente hibernou, realizando poucas ações durante todo o ano. Em 2006, ano de reeleição de Lula, puxou-se o freio de novo.

Por qual motivo então o MST iria intensificar as ações em 2009, às vésperas de uma eleição das mais delicadas, quando Lula tentaria eleger sua sucessora? Fala-se em três motivos. O primeiro seria manifestar o descontentamento com os rumos da reforma agrária no governo Lula, que teria ficado aquém das expectativas do MST, e ampliar o cacife dos sem-terra nas negociações com o PT. O segundo seria reagir à chamada criminalização dos movimentos sociais que estaria em curso no País. De acordo com líderes do MST, esse é o principal problema enfrentado hoje pelos sem-terra e outros movimentos existentes no País.

Dias atrás, ao participar, em São Paulo, do lançamento de uma frente de comunicação a favor da reforma agrária e contra a criminalização, o principal líder do MST, João Pedro Stedile, disse que “com a aproximação da campanha eleitoral, a direita se rearticula” para tentar “aniquilar os movimentos sociais”.

Exemplos. Ele citou como exemplos dessa rearticulação a instalação da CPI do MST no Congresso; as denúncias do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre irregularidades no repasse de verbas públicas para entidades ligadas aos sem-terra; os pronunciamentos do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes, criticando as invasões de terra; a ação das Polícias Militares nos Estados, e, por fim, a mídia.

“Estamos enfrentando muitos problemas de repressão física real em alguns Estados onde a direita tem poder direto, como no Rio Grande do Sul e em São Paulo”, disse ele. Sobre as denúncias do TCU, observou: “O TCU se atribui o direito de legislar, de dizer o que é certo e errado, mas qual é a moral do TCU? Todo mundo sabe que seus integrantes são escolhidos pelo Parlamento entre aqueles parlamentares que não conseguem se eleger.

Um depósito de parlamentares fracassados, que, sem se eleger, conseguem pelo partido uma boquinha para o tribunal, para se aposentar com R\$ 20 mil por mês. Isso que eles são. Não tem nenhuma moral para exercer essa perseguição ideológica contra os movimentos.”

Stedile também observou que os problemas dos movimentos sociais com o Judiciário aumentaram após a ascensão de Gilmar Mendes à presidência do STF, dois anos atrás. “Ele se transformou no porta-voz da direita brasileira e usou o STF como fosse

uma bancada de vereadores do interior”, afirmou. “Usou o cargonacruzadaideologicacontra os movimento sociais.”

E nesse cenario que oMST se articula para uma jornada mais ofensivaemabril.SegundoStedile, ametaprincipaldomovimento e obrigar o Estado a cumprir suas obrigacoes, democratizando o acesso a terra, garantindo educacao nos assentamentos e moradia popular.

Esvaziamento dos acampamentos assombra líderes

U m dos maiores problemas enfrentadosatualmente peloMSTeoesvaziamento dos acampamentos de semterra.

Em 2003, primeiro ano do governoLula, quandoexistia a expectativa de uma reforma agraria massiva no Pais, o movimento chegou a reunir 230 mil familias em seus acampamentos – o equivalente a quase 900 mil pessoas.

Hoje, pelas contas dos lideres da organizacao, seriam 90 mil familias.

O MST atribui a queda a politica de reforma agraria do governo, que teria sido tibia demais.

De acordo com essa logica, os acampamentos enchem quando as familias tem a perspectiva de ganhar um lote de terra a curto prazo; e esvaziam quando percebem que terao de esperar anos sob a lona plastica.

A explicacao mais provavel para o encolhimento dos acampamentos, porem, esta no Bolsa-Familia. O programade transferenciade renda beneficia sobretudo a periferia pobre das cidades e as zonas rurais mais miseraveis, onde o MST sempre arregimentou mais pessoas.

CNA questiona candidatos sobre propriedade privada – Ana Paula Grabois – Valor Econômico – Política – 26/03/2010

A presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), senadora Kátia Abreu (DEM-TO), apresentou ontem as diretrizes que a entidade de empresários rurais vai mostrar aos candidatos à Presidência e não poupou críticas ao governo. A pergunta principal a ser respondida, diz ela, trata da propriedade privada.

"O que o futuro presidente pensa de propriedade privada? De preconceito e atos que escamoteiam a verdade não precisamos mais. Não queremos que esses atos sejam travestidos de bandeiras sociais para agredir a propriedade privada. Uma hora a bandeira é indígena, uma hora são os negros, uma hora os sem-terra. Acho normal pleitear terra, mas não pode invadir no que é meu de direito", disse Kátia Abreu. Segundo a senadora, não se trata só de direito de propriedade, e sim da segurança jurídica. "Não é apenas o MST que invade terra, que é grave, mas tem decretos toso dos dias do governo que trazem insegurança jurídica", disse.

A senadora, que pretende ser candidata ao governo do Tocantins neste ano, também centrou suas críticas nas exigências trabalhistas e ambientais. Na questão do trabalho no campo, a senadora reclamou de norma do governo para inibir o trabalho escravo. "A norma impõe 252 exigências que o produtor não consegue cumprir e que leva ao trabalho análogo ao escravo, que é uma definição dúbia. A gente sabe o que é

escravo, somos signatários da convenção da OIT que define o que é. Mas na norma entra largura de colchão, altura de mesa, tamanho da janela, aí não dá. Está entrando nessa seara que não é mais técnica", disse.

Na questão ambiental, a senadora cobrou execução das decisões relacionadas à criação de unidades de conservação, por exemplo. Segundo a presidente da CNA, 80% dessas áreas não produzem nem foram desapropriadas pelo governo ou os antigos donos foram indenizados. "É uma falsidade, uma mentira", afirmou.

A senadora do DEM diz que a CNA vai pleitear a redução das penalidades impostas pelo atual governo. "O excesso do castigo da lei é que nós queremos tirar. Queremos um presidente que não tenha preconceito, que não queira castigar a propriedade privada", disse citando que um empresário pode perder terras, ser criminalizado ou ficar sem financiamento público. A presidente da CNA disse que a entidade não vai apoiar nenhum candidato a presidente, mas que seus associados continuarão a eleger bancadas que representem seus interesses.

MST ocupa em Minas fazenda Centenária – Eduardo Kattah – Estado de São Paulo – Nacional - 27/03/2010

Cerca de 150 integrantes do Movimento dos Sem-Terra (MST) ocupam desde quinta-feira a Fazenda Fortaleza de Sant'Anna, em Goianá, a 287 quilômetros de Belo Horizonte. A propriedade é centenária e símbolo do auge da elite cafeeira da região.

A coordenação do MST em Minas alegou que a invasão visa a acelerar o processo de desapropriação do imóvel. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) informou que a fazenda foi vistoriada em novembro de 2009 e considerada improdutivo.

Segundo o Incra, os donos ainda serão notificados sobre o laudo e a ocupação não impede o processo de desapropriação, pois ocorreu após a vistoria. O imóvel, com cerca de 4,3 mil hectares, pertence aos descendentes da família Tostes, umas das mais tradicionais de Juiz de Fora.

A invasão ocorreu por volta das 5 horas da madrugada. Os sem-terra chegaram em um ônibus e alguns carros e bloquearam a entrada da propriedade.

Os integrantes do MST, com o apoio de universitários, entraram na área e começaram a montar o acampamento. As famílias de antigos colonos permaneceram no local. A Polícia Militar foi acionada e montou um grande aparato, mas nenhum incidente foi registrado.

Rainha promete batalha no campo por Dilma – Jean Oliveira e Bianca Notário – O globo – O País – 27/03/2010

No dia em que Serra visita o interior de São Paulo, líder sem-terra diz que movimento apoia petista e prepara invasões

ANDRADINA E PRESIDENTE PRUDENTE.

O líder de um ala do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Pontal, José Rainha Júnior, declarou ontem, em Andradina, que “todos os acampamentos comandados por ele serão um comitê pró-Dilma Rousseff”, a ministra da Casa Civil e pré-candidata do PT à Presidência da República.

Rainha disse isso no dia em que o governador José Serra (PSDB) visitou Andradina, a 650 quilômetros de São Paulo, para inaugurar o Ambulatório Médico de Especialidades (AME), que já está funcionando desde o dia 2 deste mês.

— Já estamos em campanha e vamos fazer um campo de batalha, no campo, por Dilma — disse Rainha, que pretende mobilizar mais de 13 mil pessoas, entre acampados e assentados, no “abril vermelho”, com ocupações de terra na região de Andradina.

O governador, ao final da inauguração, não comentou a declaração de Rainha. Serra foi recebido aos gritos de “mentiroso” por um grupo de cem professores ligados ao Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp). Serra qualificou como “inexpressivo” e “pequeno” o protesto. Os integrantes do MST chefiados por Rainha na região não compareceram aos atos dos professores, como ameaçara o líder sem-terra.

Em rápida entrevista durante a inauguração do prédio do AME, Serra destacou a importância da obra e respondeu a perguntas sobre saúde.

O prefeito de Andradina, Jamil Ono (PT), agradeceu ao governador pela obra e afirmou que, mesmo sendo de um partido de oposição a Serra, nunca teve as portas fechadas.

E encerrou seu discurso pedindo que Deus ilumine o governador tucano.

Ono alegou que não pode agir de outra forma porque é um republicano, e as necessidades da cidade vêm em primeiro lugar.

Em Presidente Prudente, no entanto, policiais militares do CPI-8 (Comando de Policiamento do Interior) impediram que membros de sindicatos ligados ao setor da educação, saúde e sistema penitenciário apresentassem faixas de reivindicações e narizes de palhaço, durante a cerimônia de inauguração do AME da cidade, que teve a presença de Serra.

Em Presidente Prudente, Serra não comenta protesto

Com frases como “Serra a culpa é sua, o servidor está na rua”, professores, servidores da saúde e agentes penitenciários tentaram chamar a atenção do governador, que entrou e saiu das instalações do AME sem se pronunciar sobre o protesto.

— As faixas de apoio puderam ser colocadas, mas as de reivindicações foram retiradas.

Estou revoltado com o autoritarismo do governador que, além de não fazer nada para melhorar a vida dos servidores, põe a Polícia Militar para impedir nossa manifestação — disse o secretário-geral do Sindicato dos Agentes de Segurança Penitenciária do Estado de São Paulo (Sindasp), Rozalvo José da Silva.

*** Especial para O GLOBO**

Ministério Público pede que INCRA explique venda de terra a estrangeiros – Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Economia – 29/03/2010

A compra de terras por estrangeiros no Brasil está ocorrendo sem controle das autoridades. A constatação é do Ministério Público Federal, que decidiu cobrar de órgãos da administração do governo o cumprimento de normas legais que determinam a fiscalização dessas transações.

No final do ano passado, ao tentar fazer um levantamento dos negócios de terras com estrangeiros, os procuradores ficaram surpresos com a falta de informações sobre o assunto. Os precários dados obtidos por eles, porém, já foram suficientes para mostrar que o capital estrangeiro está sendo despejado em regiões onde o agronegócio é mais vigoroso e dedicado à produção de grãos e cana-de-açúcar. O Estado que mais recebe compradores internacionais é Mato Grosso, seguido por São Paulo e Mato Grosso do Sul.

Para melhorar o sistema de informações os procuradores solicitaram à Corregedoria Nacional de Justiça que faça uma alerta aos cartórios de imóveis sobre a necessidade de registro especial para negócios de terras com estrangeiros. Embora seja estabelecido por lei, nem todos os tabeliães e registradores realizam esse procedimento. Parte deles também ignora a determinação de se enviar relatórios trimestrais ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) sobre o montante de terras que passam para as mãos de controladores estrangeiros.

Em documentos que encaminhou à Advocacia Geral da União, à Corregedoria e outros órgãos da administração federal, a procuradoria defende o controle da venda de terras a estrangeiros com argumentos em defesa da soberania e dos interesses nacionais. Em um desses documentos, o Ministério Público chega a manifestar preocupação com a formação de enclaves territoriais controlados do exterior. A expressão textual é: “Entidades políticas independentes no e no território nacional, como ocorre em outros países, criando dificuldades políticas.”

O levantamento obtido pelo Ministério Público Federal no ano passado foi encomendado pela procuradora Marcia Neves Pinto, coordenadora da 5.^a Câmara de Coordenação e Revisão - Patrimônio Público e Social.

Ela pediu a um especialista uma perícia sobre a quantidade de pessoas físicas e jurídicas estrangeiras que detêm terras no Brasil, juntamente com um mapa sobre a localização dessas áreas, Estado por Estado.

O resultado foi incipiente. O perito não encontrou dados acurados no Incra nem nos cartórios. Para piorar, quando tentou cruzar as informações das duas fontes, verificou que uma não batia com a outra. Seu relatório não satisfaz, portanto, a curiosidade da procuradora.

Foi por causa disso que, em dezembro, ela começou a oficiar as autoridades federais sobre a necessidade de controle dos negócios. Como ainda não obteve resposta, ela deve iniciar nos próximos dias uma nova investida.

O mérito do relatório do perito, na avaliação da procuradora, foi desnudar a precariedade dos dados sobre estrangeiros contidos no Serviço Nacional de Cadastro de Terras, do Incra. Ele é baseado em declarações espontâneas de proprietários e só atingiu pessoas físicas.

Quem acompanha o noticiário de economia sabe o quanto isso está longe de refletir a realidade. Os negócios envolvendo estrangeiros hoje são feitos sobretudo por pessoas jurídicas: empresas baseadas no Brasil, mas com capital majoritariamente proveniente do exterior.

Do total de 572 milhões de hectares de terras oficialmente cadastradas no Incra, cerca de 4 milhões aparecem nas mãos de pessoas físicas estrangeiras – o

que representa 0,71% do total. Ninguém sabe ao certo para quanto subiria o número se a ele fossem acrescidas as áreas compradas por empresas de capital estrangeiro. Extraoficialmente, técnicos do Incra comentam que seria três vezes maior.

Mesmo precário e reunindo apenas informações de pessoas físicas, o relatório ao qual o Estado teve acesso contém dados interessantes. Além de mostrar que não é a Amazônia que os estrangeiros miram, como se costuma dizer, dá pistas sobre a nacionalidade dos compradores.

Quem aparece no topo da lista são os portugueses, seguidos por japoneses e italianos.

Americano do interior paulista vê o Brasil como a última fronteira – José Maria Tomazela - Estado de São Paulo – Nacional – 29/03/2010

O americano Stephen Bromfield Geld, especialista em agronegócio, não vê outro país com mais potencial que o Brasil para atrair compradores de terras. “Fala-se na África e no leste europeu, mas o lugar é aqui. O mundo tem demanda de alimentos e o Brasil é a última fronteira agrícola.”

Geld e sua mulher, a dinamarquesa Eva Patrícia Scavenius Geld, são donos das fazendas Suindara e Bela Vista, com cerca de 500 hectares, em Cesário Lange, a 140 km de São Paulo. Eles figuram no levantamento encomendado pelo Ministério Público e ao qual o Estado teve acesso – sobre estrangeiros, pessoas físicas, que possuem terras no Brasil. Curiosamente, boa parte dos casos arrolados no interior paulista, é formada por famílias que moram há décadas no Brasil, mas não se naturalizaram.

Geld trabalha como executivo numa grande empresa do setor, mas diz que seu negócio é a fazenda. Filho da escritora norte-americana Ellen Bromfield Geld e seu marido Carson, ele veio para o Brasil com dois anos de idade, em 1953, como pais que buscavam terras para plantar. “Continuo americano por inércia, pois meus irmãos são brasileiros e meus três filhos nasceram aqui.”

A família Bunge, da Argentina, também aparece no cadastro.

São criadores de gado de corte e carneiros na Fazenda Santo Antonio da Boa Vista, com 1.460 hectares, em Araçoiaba da Serra, a 115 km da capital.

As primeiras parcelas de terras foram compradas há mais de 40 anos por Ernesto Fritz Bunge e sua mulher Beatriz, já falecidos.

Os filhos, que também têm fazendas na Argentina, herdaram as terras. O capataz Renê de Souza, que administra a propriedade, conta que o foco está na criação de bois para corte.

O engenheiro agrônomo Rodolfo Cyrineu, dono da empresa Suporte Rural, que tem dezenas de estrangeiros entre seus clientes, conta que o interesse dos executivos internacionais por terras no Brasil cresceu com a crise econômica internacional.

“Alemães e italianos, principalmente, que vêm dirigir filiais, procuram terras no interior, como investimento e para ganhar mais dinheiro.”

Segundo Cyrineu, são pessoas que já possuem conceitos de produção empresarial no campo.

“Usam toda a tecnologia para obter o máximo da terra.”

A situação do interior paulista é diferente da que se verifica em regiões litorâneas do Nordeste do Brasil, onde os compradores miram empreendimentos turísticos e especulação imobiliária.

Em Alagoas, italianos, espanhóis, ingleses, gregos, alemães, neozelandeses e austríacos, entre outros, têm comprado sítios e fazendas de frente para o mar.

O neozelandês Christopher Hindmarsh, 71 anos, que comprou para o filho e dois sócios um sítio de 40 hectares, com 500 metros de praia, a 130 quilômetros de Maceió, diz que fez uma poupança. “Eles queriam um pedaço do paraíso e nós achamos esse aqui”, diz ele.

Desconcentração espacial da agricultura brasileira – Renato A. Pontes Cunha – Valor Econômico – Opinião – 30/03/2010

Novo governo não deve se limitar a um modelo de agricultura baseado nas fronteiras que já estão consolidadas

O Brasil é um país notável, ainda com um futuro bastante alvissareiro, principalmente para aqueles que acreditam em sua interiorização, fenômeno que pode ser induzido com um maior foco na atividade agrícola mais planejada.

O agronegócio é grande indutor do desenvolvimento, sendo responsável por mais de 35% dos empregos nacionais, em torno (PIB) de 34% do Produto Interno Bruto e por cerca de 46% das exportações em 2009, capitaneadas pelos complexos da soja, carnes e sucoenergético com 15%.

O saldo do superávit do agronegócio brasileiro é então, superior em 123% ao saldo da balança comercial brasileira.

O país é assim, um celeiro de grãos, carnes, laranjas, etanol, açúcar, café e várias commodities, gerando empregos difusos em um consistente e variado cluster de agronegócio, embora fortemente concentrado no Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Vejamos o exemplo do feijão, base da alimentação nacional: a concentração no Centro-Sul é inequívoca quanto aos números de produção. Estados como Paraná e Minas Gerais respondem por mais de 37% da produção, com índices de produtividade superiores em quase 100% aos que são obtidos no Nordeste. A produção nacional é de mais de 3 milhões de toneladas por safra, com consumo per capita em torno dos 16 quilos por habitante por ano.

Os cerrados nordestinos, majoritariamente localizados na região de Balsas, no sul do Maranhão, e Uruçui-Gurguéia no Piauí, com até cerca de 21 milhões de hectares de potencial, além das cadeias produtivas consolidadas em várias outras regiões, como Irecê, na Bahia, precisam sofrer, via políticas públicas, um vigoroso choque de planejamento, a fim de crescerem de patamar, com vistas a um desenvolvimento com longevidade e rentabilidade, dentro dos padrões de sustentabilidade socioambientais que são requeridos nesse terceiro milênio.

Vale lembrar que o cerrado do Brasil central, sobretudo por causa da Embrapa, deslanchou como fronteira agrícola apenas a partir dos anos oitenta, do século passado (cerca de 30 anos atrás).

Acertadamente, foram feitas pesquisas e a continuidade de políticas agrícolas para o milho, arroz, feijão, soja etc, nas "savanas brasileiras", antes apenas caracterizadas, sobretudo, por abandono e improdutividade.

Ocorre que as culturas do cerrado, repousam até hoje em certos incentivos e subvenções, tais como aquisições e empréstimos do governo federal (AGF e EGF) e, sobretudo o prêmio equalizador pago ao produtor (Pepro), que são necessários, mas que não podem funcionar privilegiando a lógica de transferências, com fretes subsidiados para mercados consumidores, em detrimento do crescimento da agricultura desses destinos, em outros estados do país, como é o caso daqueles da região Nordeste. São mercados que poderiam também produzir localmente, gerando emprego e renda mais desconcentrados. O Pepro destinou cerca de R\$ 802 milhões por ano, em média, para produtores do Centro-Oeste, notadamente no triênio 2006, 2007 e 2008, onde inclusive predominam lavouras mecanizadas.

Essa reorganização de produção é também de concepção mercadológica e torna-se imprescindível ao desenvolvimento de uma agricultura não importadora. É a tentativa de efetuar um crescimento agrícola menos heterogêneo nas diversas regiões, respeitando-se zoneamentos agro-ecológicos, mas objetivando resultados em escala, de forma, inclusive, mais desconcentrada.

Sabemos que o Nordeste tem a segunda maior população do país, se constituindo em mercado de consumo com mais de 53 milhões de pessoas, o que acarreta necessidade de segurança alimentar, fator que se associa ao perfil de crescimento de consumo da região. Nossa região tem vocação agrícola, com terras com aptidão agrícola, e, assim deve criar auto-sustentabilidade em alimentos e agroenergia.

O cultivo da cana-de-açúcar pode crescer em novas fronteiras, além do litoral nordestino, assim como os biocombustíveis oriundos de óleos vegetais. A agroenergia dispõe de um forte mercado em veículos leves e será sucedânea ou parceira em misturas ao diesel convencional, que necessita diminuir seus atuais níveis de enxofre. A demanda pelo diesel no nosso país é de mais de 40 bilhões de litros por ano, representando um mercado considerável.

Atualmente, importamos milho, arroz, trigo, café etc. no Nordeste, só para exemplificarmos algumas vulnerabilidades. Na realidade, o governo federal que vier a se instalar a partir de 2011, não poderá se restringir mais a apenas manter um modelo de agricultura centralizado em fronteiras que já estão consolidadas. Deve ampliar o espectro, investindo em agricultura, agroenergia, pecuária e pesca em novas regiões onde existam mercados e necessidade real de maior inclusão social.

Renato A. Pontes Cunha é presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool no Estado de Pernambuco (Sindicúcar/PE)

Via Campesina e Contag denunciam documento da CNA – CPT – 31/03/2010

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), presidida pela senadora Kátia Abreu (DEM-TO), famosa por seus ataques ao MST, aprovou uma carta a ser entregue aos candidatos à presidência da república, fruto do seminário “O que esperamos do próximo presidente”, realizado pela entidade em 24 e 25 de março, em São Paulo. Representantes da Via Campesina e da Contag avaliam que o documento reivindica ainda mais concentração de terras no país e promove criminalização dos movimentos sociais.

O documento apresenta defesa do direito absoluto de propriedade, exigindo garantias contra ocupações de terras promovidas pelos lutadores pela reforma agrária, e condena “a publicação e edição de normas que ferem o direito de propriedade”. Outra reivindicação nessa linha é a revisão da Norma Regulamentadora (NR) 31, de 2005, que estabelece as obrigações dos fazendeiros em relação à saúde e segurança do trabalho. O descumprimento desta norma é um dos critérios que caracteriza a exploração do trabalho escravo pelos grandes proprietários rurais.

Para o secretário geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e vice-presidente da Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), David Wylkerson de Souza, “é compreensivo que todo e qualquer setor produtivo apresente demandas que representa a manutenção de seus interesses, principalmente quando se trata de um segmento, que busca consolidar-se como predominante no setor econômico.

O que não se pode admitir em qualquer hipótese é que a CNA, na tentativa de tirar de foco o debate sobre a absurda concentração de terra no Brasil, que inclusive tem aumentado, visa desqualificar os movimentos sociais e tenta macular a imagem dos que continuam sonhando e lutando por uma efetiva reforma agrária nesse país, com justiça e igualdade de condições para produzir”.

O representante da Via Campesina, Frei Sérgio Gorgen, ao tomar o contato com o documento, dispara: “a CNA representa, na verdade, 47 mil grandes agronegociantes, que, segundo o IBGE no censo de 2006, representam baixa produção de renda por hectare (R\$ 368,00), muito inferior a agricultura camponesa (R\$ 677,00 por hectares) e baixa geração de empregos (1,7 pessoas empregadas a cada 100 hectares, contra 15 pessoas a cada 100 hectares na Agricultura Camponesa). Os médios produtores no Brasil, os que estão entre 150 a 800 hectares, infelizmente, estão sem representação”. A Via Campesina é uma organização internacional de camponeses que articula diversas entidades, dentre as quais o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

David, da Contag, emite opinião parecida: “não se pode omitir do debate a realidade de que a agricultura familiar, com bem menor posse de terras, consegue produzir mais alimentos que o agronegócio”. Quando o Estado é pouco, meu quinhão primeiro.

Quando se trata da intervenção do Estado em seu favor, o documento apresenta a proposta de uma política agrícola que assegure a renda do produtor rural e evite a oscilação de preços, além da “desoneração tributária das cadeias produtivas” – cadeias que envolvem desde a lavoura, o processamento da produção por grandes empresas, até as gôndolas dos supermercados. O documento da CNA não deixa claro se quer cortar impostos apenas dos plantadores ou de todos os setores que fazem os elos entre eles e os consumidores.

Para Frei Sérgio, as propostas que serão apresentadas aos candidatos aponta que “eles querem mais do que hoje já ganham, ou seja: zero de ICMS para exportação, zero de ICMS para fertilizantes, zero de ICMS para agrotóxicos, recursos a fundo perdido para escoamento da produção (PEP), recursos a fundo perdido para seguro agrícola, longos prazos nas renegociações de dívidas, torneiras abertas do BNDES e Banco do Brasil, com juros baixos para investimentos e custeios. Eles vem concentrando terra e querem concentrar mais”.

Frei Sérgio denuncia a postura oportunista dos ruralistas em relação ao Estado: “só querem a presença do Estado para mamatas e para não pagar dívidas. São os grandes devastadores do meio ambiente. Assim mesmo, que produz alimento para o consumo interno do país, não é o agronegócio (30%), mas a agricultura camponesa (70%), segundo dados do IBGE, do censo de 2006”.

Por fim, o Frei apresenta a reivindicação dos que lutam pela reforma agrária: “queremos que o direito de propriedade seja estendido a todos os camponeses brasileiros, como reza a Constituição e, para isto, é necessária uma reforma agrária massiva”.